

# **A ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OPERÁRIOS DA PUC-RIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE OS ANOS 1950 E 1960**

**Aluna: Yasmin Getirana Gonçalves Vicente**

**Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves**

## **Introdução**

A PUC-Rio tem, como uma de suas características principais, a integração entre ensino e pesquisa, assegurando sempre inovação e excelência no que tange o campo acadêmico, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação e extensão. Isso possibilitou à Universidade um status de pioneirismo, estando muitas vezes à frente de inovações e melhorias internas e externas aos *campi* universitários.

Foi nesse sentido que, em 2006, no contexto da comemoração de 40 anos de diversos programas de pós-graduação, a Vice-Reitoria Acadêmica teve a iniciativa de criar o Núcleo de Memória da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio. O Núcleo tinha como objetivo recolher material de acervos particulares e dos departamentos acerca dos programas de pós-graduação e pesquisa, catalogá-los e publicá-los em um site ([www.puc-rio.br/nucleodememoria](http://www.puc-rio.br/nucleodememoria)). Em 2008, o núcleo foi ampliado e passou a tratar de toda a memória universitária, se tornando o Núcleo de Memória da PUC-Rio.

O Núcleo se pretende, portanto, lugar de memória e identidade da Universidade. Seu acervo digital não é estático, mas vivo e dinâmico, sempre atualizado e ressignificado, disponível a qualquer um que necessite recorrer à história da instituição. Disponível à comunidade, ele é referência da memória institucional para toda a PUC-Rio e para pesquisadores de outras instituições e núcleos de pesquisa.

A equipe é coordenada pela professora Margarida de Souza Neves e pelos pesquisadores Silvia Ilg Byington, Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves. Integram ainda o grupo o fotógrafo Antônio Albuquerque e os bolsistas de Iniciação Científica Fabio Cano Gómez, Yasmin Getirana, Matheus Lima Targuêta, Miguel Alexandre da Costa Azaldegui e André Mesquita Penna Firme.

Minha função como bolsista do Núcleo inclui diferentes atividades. Há um lado mais técnico, em que faço a digitalização dos documentos que serão adicionados ao acervo do Núcleo de Memória, além do preenchimento de metadados sobre os eventos realizados na PUC-Rio (ou relativa à ela). Esses metadados se encontram disponíveis para consulta no site do Núcleo [www.nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site](http://www.nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site). Há ainda reuniões semanais onde toda a equipe se encontra para relatarmos o andamento de nossos projetos pessoais, em grupo, para propormos novos projetos, seminários teóricos e outras atividades.

As funções realizadas pelo Núcleo de Memória se dividem em atividades individuais e atividades que envolvem a equipe completa. Uma vez explicado o que é o Núcleo de Memória, descreverei as atividades desempenhadas por mim, Yasmin Getirana, bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio, entre junho de 2014 e junho de 2015.

### Atividades em Equipe

No período entre junho de 2014 e junho de 2015 foram desempenhadas as seguintes atividades pela Equipe do Núcleo de Memória:

1. Consultas e assistência a pesquisadores, professores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas;
2. Catalogação e sistematização de documentos de material documental através de digitalização e cadastro em metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
3. Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
4. Realização de reuniões técnicas semanais com a participação do grupo de pesquisadores e bolsistas, tendo como principais objetivos elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências e sanar eventuais dúvidas sobre a rotina de trabalho;
5. Produção das Crônicas de Memória publicadas no Jornal da PUC-Rio;
6. Proposta de uma nova disposição para os objetos relativos à história da PUC-Rio conservados em vitrines da Reitoria, e execução de tal proposta;
7. Outras atividades:
  - 7.1. Visita da equipe à exposição “*Um passeio pelo Rio – A cidade nas andanças de Joaquim Manuel de Macedo*”, no Instituto Moreira Salles, em fevereiro de 2014.
  - 7.2. Seminário sobre Pierre Nora: “*Pierre Nora e os Lugares de Memória*”, capítulo de Margarida de Souza Neves no livro *Os Historiadores: Clássicos da História*, em março de 2014.
  - 7.3. Publicação do Livro “*Crônicas de Memória*” (NEVES, M. et al (Org). *Crônicas de Memória*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Núcleo de Memória, 2014), coletânea de crônicas publicadas pelos membros do Núcleo no Jornal da PUC. A distribuição dos livros aconteceu na última Assembleia Universitária do ano de 2014.
  - 7.4. Seminário teórico com discussão do texto “*Raízes de Um Paradigma Indiciário*”, do historiador Carlo Ginzburg (Ginzburg, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, 1989. p.143-179). Lemos junto a este texto a ata da 1ª sessão do Conselho de Desenvolvimento, da PUC-Rio, realizada em 1969. Este seminário foi realizado em duas seções, uma no dia 31/03/2015 e outra no dia 07/04/2015.
  - 7.5. Seminário teórico: “Sobre o Projeto do Núcleo de Memória da PUC-Rio”. A Equipe releu o documento feito pela professora Margarida de Souza Neves sobre o projeto do Núcleo de Memória e procuramos atualizá-lo no que fosse necessário. Esse seminário foi feito em julho de 2014.
  - 7.6. Entrevista com o pesquisador Eduardo Jardim (Departamento de Filosofia) sobre a “PUC-Rio nas Diretas Já”. O entrevistado foi convidado para compartilhar suas memórias sobre os anos da ditadura militar e suas lembranças enquanto professor na PUC-Rio.
  - 7.7. Seminário teórico “O Curriculum Mortis e a reabilitação da auto-crítica”, com base no texto do professor Leandro Konder. O seminário foi realizado em dezembro de 2014.
  - 7.8. Visita à Igreja Sagrado Coração de Jesus, no Campus da PUC-Rio, no dia 19/05. Observamos a composição artística do local e posteriormente o Núcleo fará uma análise

de algumas dessas obras e as agrupará em um livro a respeito das peças artísticas que se encontram na Universidade, a pedido do reitor Padre Josafá S.J..

### Atividades individuais: Yasmin Getirana Gonçalves Vicente

No período de junho de 2014 a junho de 2015 realizei as seguintes atividades:

#### 1. Crônicas escritas para o Jornal da PUC

O Núcleo publica no Jornal da PUC uma série de artigos intitulada Crônicas de Memória. Anualmente é escolhido um tema a ser tratado, no ano de 2014, a série foi intitulada “Para não esquecer”, tratando de episódios da PUC-Rio relacionados ao período do governo militar no Brasil, e no ano de 2015 a série tratou de temas relacionados à PUC-Rio e ao Rio de Janeiro. Fui coautora de duas crônicas da série de 2014 e de uma da série de 2015, reproduzidas a seguir.

#### 1.1. Artigo escrito em parceria com a prof<sup>a</sup> Margarida de Souza Neves, “Pra não dizer que não falei das Flores”, a respeito do extinto jornal Flor do Campus, que circulou pela PUC-Rio durante os anos 80, com supervisão do Professor Fernando Ferreira. O fator mais notável acerca desse Jornal era que em sua pauta constavam diversos assuntos considerados tabus, fazendo com que o Flor do Campus não fosse apenas mais um jornal universitário de informes domésticos. O artigo a seguir saiu na Edição 287, publicada em novembro de 2014.

### “Pra não dizer que não falei das flores”



Jornal Flor do Campus, Ano III, nº 11, maio de 1985. Acervo da Professora Lilian Saback.

Aclamada pelo público e proibida pela repressão, a canção de Geraldo Vandré de 1968 tornou-se sinônimo de resistência à ditadura e fez florescer sementes de protesto. Talvez o Jornal *Flor do Campus* tenha nascido desta floração.

O Jornal foi fundado na década de 1980, quando o país caminhava para a redemocratização e a PUC-Rio vivia uma crise interna que muitos viam na contramão deste movimento.

O *Flor do Campus* foi assumido pelos alunos de Comunicação da PUC-Rio como trincheira na luta por melhores condições para o Departamento de Comunicação e pela gestão mais participativa da Universidade. A atuação do Professor Fernando Ferreira, supervisor do Jornal, tornou possível essa empreitada difícil que permitiu que o *Flor* se tornasse escola de grandes profissionais da imprensa tais como Cristina De Luca, Arthur Dapieve e Lilian Saback.

Ao folhear os números conservados pela Professora Lilian Saback, salta aos olhos a capacidade do Jornal de manter uma pauta abrangente e de atualidade; de tratar temas que eram tabu tais como a AIDS, a discriminação e a homossexualidade; de lutar sem perder o humor por melhores instalações e equipamentos para o Departamento de Comunicação e de enfrentar as questões internas da PUC-Rio.

O expediente do Jornal mostra que era um grupo não muito numeroso de alunos que assumia as principais tarefas. Os nomes se repetem no Conselho de Redação, diagramação, produção fotográfica, revisão gráfica e divulgação, tarefas que tornavam viável a publicação. Único docente da Redação, Fernando Ferreira foi, segundo o Professor Miguel Serpa Pereira, o grande responsável pela liberdade que pautava aquelas páginas.

Para os que viveram os complexos anos 1980 na PUC-Rio, é bom recordar que em meio a tensões e crises, floresceu na Universidade essa *Flor do Campus*.

Margarida de Souza Neves e Yasmin Getirana  
Núcleo de Memória da PUC-Rio

**1.2.** Em parceria com a pesquisadora do Núcleo de Memória, Silvia Ilg Byington, escrevi a crônica “Um voo rasante sobre a PUC-Rio em 1977”, a respeito do evento ocorrido em maio de 1977 no campus da PUC. O artigo a seguir saiu na Edição 284, publicado em Setembro de 2014.

### **“Um voo rasante sobre a PUC-Rio em 1977”**



*Helicóptero da Secretaria de Segurança Pública sobrevoa o campus da PUC-Rio durante manifestação estudantil em 10/05/1977. O bloqueio policial isolou o bairro da Gávea e provocou engarrafamentos na cidade. Acervo CPDocJB, fotografia Equipe JB.*

Uma imagem pode simbolizar um contexto que buscamos compreender. É o caso da foto que registra um helicóptero da Polícia Civil em voo rasante sobre a Vila dos Diretórios, rente ao segundo andar da Ala Frings, em maio de 1977 quando os pilotis da PUC-Rio testemunharam a maior manifestação estudantil da história da Universidade.

Desde o início do ano, os *campi* universitários foram ocupados pelos estudantes em greve por melhores condições de ensino, contra aumentos nas mensalidades e pela reorganização de suas entidades representativas consideradas ilegais pela ditadura. No entanto, como uma mudança de rumos do movimento estudantil em relação à década anterior, a pauta de reivindicações a partir de 1977 incorporou demandas políticas e sociais amplas como salário e emprego e fortaleceu o tema que catalisaria as esperanças pela redemocratização do país, a anistia política.

Convocada para o dia 10 de maio, a manifestação que se somava a tantas outras no calendário estudantil daquele ano, tornou-se a mais expressiva delas. Contou com grande participação da comunidade acadêmica, das representações estudantis de vários estados, políticos, líderes sindicais, familiares de presos, desaparecidos e exilados. Reuniu, segundo a grande imprensa, cerca de 7 mil participantes. Autorizado pela Reitoria, o protesto provocou forte reação das forças policiais que isolaram a Gávea e demonstraram ostensivamente seu poder de coerção, como na cena registrada acima.

O protesto e a fotografia que o retrata nos permitem compreender o contexto dos 1970s pela perspectiva do conflito e da repressão política. Da mesma forma, indicam que a universidade pode estar comprometida com as aspirações por ele geradas em favor de uma sociedade mais democrática.

Silvia Ilg Byington e Yasmin Getirana  
Núcleo de Memória da PUC-Rio

**1.3.** Em maio de 2015 escrevi com o também bolsista do Núcleo André Penna Firma a crônica “Igualdade e diferenças”, sobre a multiculturalidade presente na PUC-Rio e como esta se relaciona com o Rio de Janeiro. A crônica a seguir foi a terceira da série “A PUC-Rio e os 450 anos da Cidade”.

### “Igualdade e diferenças”



*Nos pilotis da PUC-Rio, a diversidade do Rio de Janeiro. 2000. Fotógrafo desconhecido. Acervo Centro de Pastoral Anchieta.*

Vários caminhos permitem pensar a relação entre diferentes culturas, práticas, grupos e classes sociais. A PUC-Rio, acompanhando uma tendência de abertura para a diferença e a interação, vem se abrindo para abraçar a sociedade em sua multiplicidade. Nesse contexto, a comemoração do aniversário do Rio de Janeiro nos faz refletir sobre o papel das pessoas que por aqui passam e que é fundamentalmente o legado que a Universidade deixa para a Cidade e para o país.

A Universidade foi criada visando à formação de uma elite intelectual católica e por muito tempo a imagem e a identidade dela esteve ligada a um grupo social restrito. Essa percepção vem sendo gradual e firmemente alterada.

Na década de 70, tem início o programa de Bolsas de Estudo e em 1994, em parceria com o Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, parte das bolsas passa a ser reservada para alunos negros e pobres. Nessa década multiplicam-se grupos de pesquisa sobre multiculturalismo, inclusão social, questões de gênero e religiões. Com o tempo passa-se a pensar não só a inclusão dos alunos no ensino superior, mas também nos meios que garantam a conclusão dos cursos.

Nos anos 2000 a noção de diversidade orienta as políticas acadêmicas, através do fortalecimento de ações afirmativas, da internacionalização da Universidade e dos diálogos interreligiosos e interculturais.

O que entendemos por igualdade no contexto da cultura escolar por nós herdada pressupõe homogeneidade e uniformização. Quando exclui-se a diferença, impede-se a aceitação do outro. Ainda assim, a interação entre distintas culturas, costumes, práticas e visões de mundo vem se tornando capital. Devemos lembrar de “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem [e] lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”, como afirma o sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

André Penna Firme e Yasmin Getirana  
Núcleo de Memória da PUC-Rio

## **2. Metadados**

Faz parte das funções do Núcleo pesquisar, coletar, selecionar, catalogar e sistematizar documentos (tanto escritos quanto fotos, vídeos, entrevistas, etc.) relacionados à memória da PUC-Rio. Esses documentos são digitalizados e cadastrados em fichas de metadados no site do Núcleo de Memória (<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/>) e podem ser consultados por qualquer usuário. Até o presente momento foram cadastrados por mim 35 metadados.

Meu Workbench Olá Yasmin Getirana

acionar Coleção Apresentação Áudio Imagem

Treze professores do CTC receberam certificado de excelência docente.

**Código sequencial**  
024

**MÍDIA**  
Imagem  
 yg0035\_024.JPG (1 MB) Remover

**Identificação Original**  
DSC\_1400.JPG

**Referente a**  
Centro Técnico Científico (CTC)

**Local**  
Sala de Reuniões do Decanato do CTC

**Tipo de documento**  
fotografia cor

**Data da Criação**  
Dia: 16 / Mês: 03 / Ano: 2012 / Complemento: - Nenhum -

**Descrição**  
Os certificados foram oferecidos pelo Decanato do CTC. Receberam a homenagem os professores Deane de Mesquita Roehl, Edmar das Mercês Penha, Edmundo Bastos Torreão, Geraldo Monteiro Sigaud, Luiz Felipe Roris Rodriguez Scavarda do Carmo, Luiz Fernando Campos Ramos Martha, Marcantonio Giuseppe Maria Carlo Fabra, Marcos Vianna Villas, Paulo Batista Gonçalves, Regina Celia Pereira de Moraes, Roberto Werneck do Carmo, Vicente Garambone Filho e Waldemar Celes Filho.

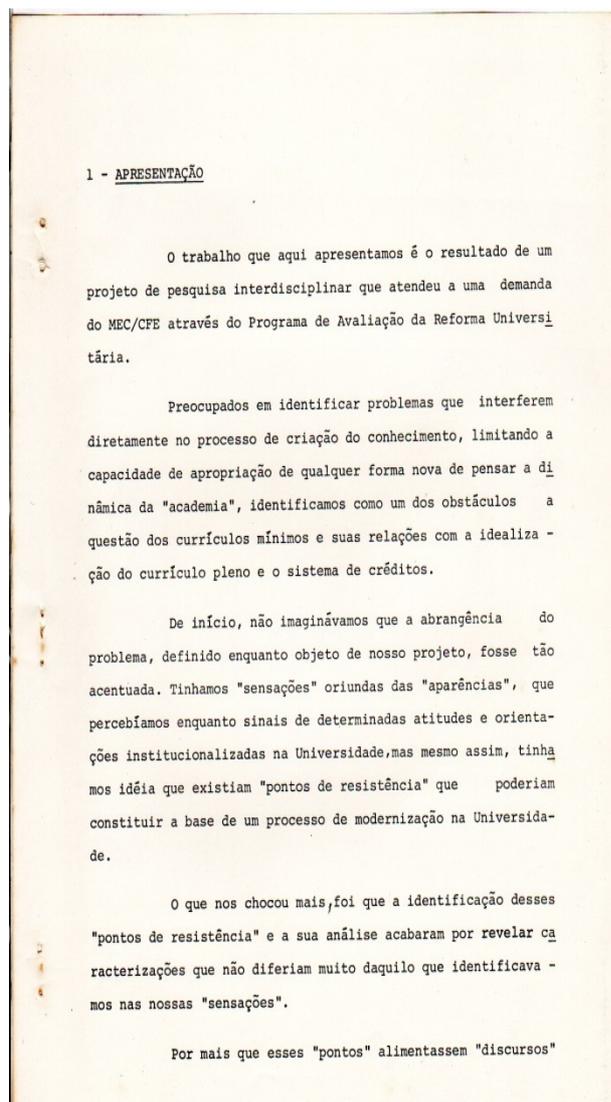
**Legenda**

Exemplo de ficha de metadados.

### 3. Digitalização e catalogação de documentos

#### 3.1. PROEDES

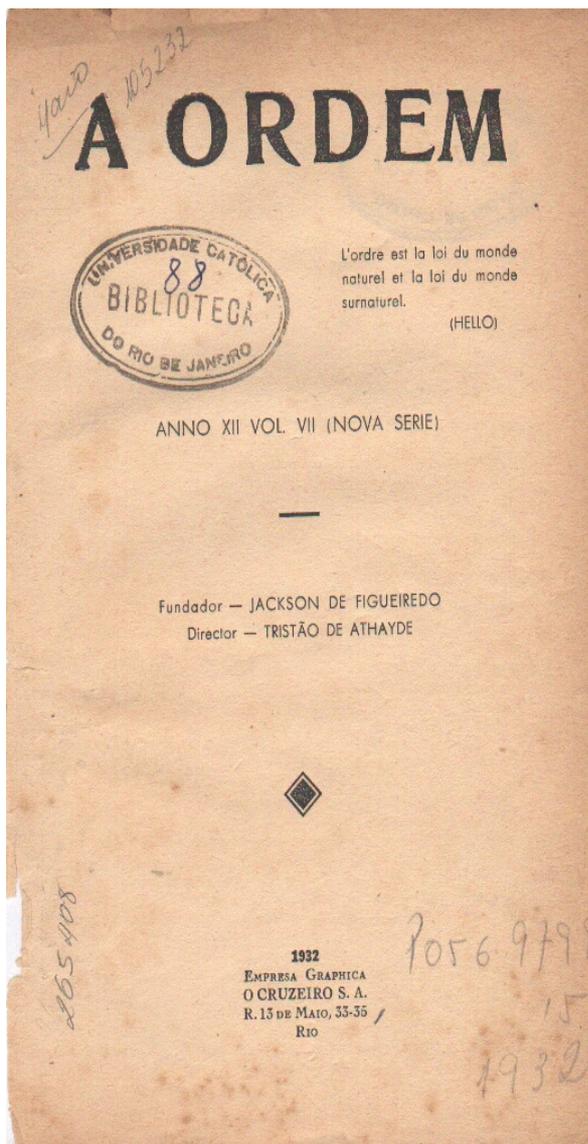
Fui responsável, junto com o bolsista Fábio Cano, pela finalização da digitalização do acervo do PROEDES (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da UFRJ), doado em 2010 ao Núcleo de Memória. O trabalho de digitalização foi concluído em maio de 2014.



Exemplo de documento do arquivo do PROEDES que foi digitalizado.

### 3.2 Revista A Ordem

Estou na fase final da digitalização da Revista A Ordem. Comecei a digitalizar as edições em 2014, junto à ex-bolsista Thaís Lacerda, que começou a pesquisa de levantamento de dados relativos ao fundador da Revista, Alceu Amoroso Lima (ou relativo a seu pseudônimo, Tristão de Athayde). Procuro, além de artigos escritos especificamente por Alceu Amoroso Lima, por textos que abordam a fundação da PUC-Rio. A temporalidade estabelecida pelo Núcleo de Memória foi de 1935 a 1945, porém edições anteriores, desde a primeira edição da Revista, em 1922, também foram digitalizados e armazenados em nossos acervos. Após a digitalização, os exemplares são enviados para reencadernação pelo Núcleo de Memória e posteriormente devolvidos à Divisão de Bibliotecas e Documentação PUC-Rio.



Exemplo de uma capa da Revista A Ordem.

#### 4 Pesquisa no Acervo do Jornal do Brasil

No segundo semestre de 2014 visitei o Acervo do Jornal do Brasil, no Rio Comprido, com a pesquisadora Silvia Ilg Byington. Procuramos no acervo fotos relativas à PUC-Rio e ao Rio de Janeiro.

#### 5. Pesquisa para o Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio (PIBIC)

Como estudante de relações internacionais, um cuidado que eu e toda a equipe do Núcleo tivemos na hora de pensar um tema interessante e ao mesmo tempo adequado para meu projeto de PIBIC foi o de tentar relacionar a Universidade com minha área de atuação profissional. Como as relações internacionais e a história andam lado a lado, esta não se provou uma tarefa muito difícil. O tema surgiu, inclusive, durante uma de nossas reuniões semanais. Um dos pontos que mais me atraíram nesse tema, é o fato de que, ao menos uma parte dele (a Escola de Líderes Operários), é bem pouco explorada. Para minha pesquisa utilizei tanto registros empíricos, como fotos e documentos da Escola, como textos

acadêmicos e analíticos, visando contextualizar o tema e construir um aporte teórico com o qual esse trabalho pudesse dialogar. O resultado deste trabalho de pesquisa é o texto a seguir.

## **Relatório Substantivo**

# **A ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OPERÁRIOS DA PUC-RIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE OS ANOS 1950 E 1960**

**Aluna: Yasmin Getirana Gonçalves Vicente**

**Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves**

## **I - Introdução**

Este trabalho visa estudar a Escola de Líderes Operários (E.L.O.), criada em 1957 e vinculada à PUC-Rio e à Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, bem como os Círculos Operários do Rio de Janeiro, de onde saíam muitas vezes os alunos dessa instituição. O período estudado irá do final da década de 1950 até o final de 1960.

O objetivo da criação da Escola era “estender a cultura aos trabalhadores através de cursos adaptados às suas condições de vida, e ao mesmo tempo preparar líderes para os Círculos Operários e Sindicatos” [1]. De acordo com o documento “Seminário para Dirigentes Sindicais” [2]:

*Uma das maiores necessidades [...] do sindicalismo brasileiro é a de bons dirigentes sindicais com formação democrática e cristã. A falta de dirigentes competentes e honestos é o que dificulta o desenvolvimento no Brasil de um sindicalismo autêntico. Os pelegos são a maior praga dos sindicatos. São aproveitadores, que estão não a serviço da classe operária, mas de seus próprios interesses.*

Essa ideia de desenvolvimento aliado aos valores democráticos era algo forte no período, caracterizados como um momento onde o plano internacional adquire características singulares. A Guerra Fria faz com que o governo norte-americano busque na América Latina uma zona de influência exclusiva. Visando alcançar esse objetivo são formulados programas e políticas como a Aliança Para o Progresso, a criação dos *Peace Corps* e a série de acordos MEC-USAID.

Ao longo desse projeto levaremos em consideração esse contexto internacional, bem como o doméstico, para entendermos o que permitiu a criação e o funcionamento dessa Instituição. Outro ponto importante a destacar nesse período é a criação do Estado da Guanabara, em 1960, que encontrou no governador Carlos Lacerda um ferrenho opositor ao governo federal e defensor das políticas norte-americanas. É necessário, portanto, demarcar essas diferenças para entender, por exemplo, a atividade dos sindicatos presentes no Rio de Janeiro e as políticas adotadas no período.

## **II - O cenário brasileiro e sua política externa durante as décadas de 1950 e 1960: as pré-condições para a criação do projeto da Escola de Líderes Operários**

Para tentar entender o cenário que possibilitou a criação e funcionamento de um projeto como o da Escola de Líderes Operários, buscaremos olhar para o plano internacional, a fim de obter algumas respostas. A política externa brasileira no século XX, de maneira geral, foi marcada por uma busca pela autonomia, seja através da inserção brasileira em instituições internacionais, com a adesão de regras e normas do direito internacional, através da aproximação dos polos de poder, ou da diversificação das parcerias. Por vezes, essa estratégia pode ser observada através do alinhamento a uma determinada potência. Em diversos momentos, essa potência foram os Estados Unidos da América.

A década de 1950 foi marcada por fissuras, tanto no bloco comunista quanto no capitalista, e uma série de eventos demonstra isso, como a Revolução Cubana (1959), a intensificação de movimentos de libertação das colônias europeias na África e a intervenção anglo-franco-israelense no Canal de Suez, em 1956. Esse foi um período em que discordâncias entre aliados ainda não eram vistas necessariamente como uma recusa ao alinhamento [3].

No pós-Segunda Guerra Mundial, vemos se concretizar o modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) como eixo fundamental da economia brasileira. Foi nesse cenário que, durante o segundo governo Vargas (1951), o paradigma americanista<sup>1</sup> precisou ser adaptado ao seu projeto de governo nacional-desenvolvimentista. A opção por um comportamento mais autônomo, visando à inserção internacional brasileira, foi direcionada a regiões e temas em que os interesses norte-americanos não estivessem em risco, tais qual América Latina, África, Ásia e Oriente Médio [4].

Uma das formas encontradas para aprofundar esse relacionamento foi através da criação da Operação Pan-Americana (OPA), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Por meio da Operação Pan-Americana, a diplomacia brasileira buscava convencer os Estados Unidos de que era preciso aniquilar a miséria na América Latina e investir no desenvolvimento econômico desses países, a fim de afastar a penetração de “ideologias estranhas” e combater o avanço da doutrina comunista [5]. A OPA foi o maior destaque de política externa de seu governo, e visava reformular as relações com a América Latina, ao mesmo tempo em que pretendia promover o Brasil no cenário internacional, colocando-o como líder regional. É interessante notarmos a preocupação contínua com a ideia de liderança que vigorava nessa época, tanto do governo brasileiro, quanto da Escola de Líderes Operários (que é criada no final da década de 50), com a formação de potenciais líderes sindicais.

Durante o período, Washington adotava para a região o que ficou conhecido como política de negligência benigna, ou seja, a ideia de que a instabilidade econômica do continente era derivada do comunismo, e que o investimento privado e a estabilização monetária dos países latino-americanos seria a forma mais efetiva de contornar isso [6].

---

<sup>1</sup> Letícia Pinheiro faz uma distinção entre americanismo pragmático (em vigor durante o período em que Rio Branco esteve à frente do Itamaraty, por exemplo) e o americanismo ideológico. O segundo seria relativo à uma suposta convergência de valores e ideologias entre a sociedade brasileira e norte-americana, o que justificaria a aliança entre ambos os países. Já o americanismo pragmático fala sobre a natureza puramente instrumental de uma aliança com Washington, motivada por tentativas de aproveitamento das oportunidades de tal aliança. A política externa brasileira teria adotado essa linha de ação durante o período 1902-1945, 1951-1961 e 1967-1974. [PINHEIRO, 2004, p.65]

No entanto, para o governo dos Estados Unidos, a situação política no Brasil, no início dos anos 1960 era inquietante. A concordância geral era a de que os trabalhadores latino-americanos e a sociedade, de um modo geral, possuíam grandes probabilidades de se rebelar e adotar ideias reformistas devido ao cenário de subdesenvolvimento em que se encontravam. Sendo assim, “presas fáceis” para a expansão das ideias comunistas [7].

Nesse momento, um novo paradigma de política externa brasileira passa a ser delineado, alternativo ao americanismo: o globalismo. De acordo com ele, uma aproximação dos Estados Unidos não necessariamente resultaria em um aumento dos recursos de poder do Brasil. Na realidade, a diversificação dos parceiros é que seria uma pré-condição para aumentar esse poderio. Isso não quer dizer que o Brasil deveria excluir os Estados Unidos de sua pauta de relações políticas e comerciais, mas que o foco de sua política externa não deveria ser exclusivamente eles. Assim, o país deveria diversificar suas relações com países do bloco comunista e nações recentemente descolonizadas, por exemplo. Esse período ficou conhecido como o de Política Externa Independente, e vigorou durante os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) [8].

O ano de 1961 foi agitado para agenda de cooperação entre EUA e Brasil. Nesse ano é anunciado pelo governo Kennedy o programa Aliança para o Progresso, que previa assistência técnica e financeira aos países aliados, buscando o desenvolvimento econômico-industrial, por meio da educação de base, reforma agrária, melhorias nas condições de habitação e saúde, estabilização dos índices de inflação e programas cooperativos [9]. Essa ajuda se estenderia por um período de dez anos, com o objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político inserindo-se numa tradição que remontava ao *New Deal* e aos programas do pós-guerra como o *Point Four* e o Plano Marshall [10]. Meses após o projeto da Aliança para o Progresso parecia ganhar maior concretude, apesar (ou por causa) da tentativa frustrada da invasão da Baía dos Porcos em Cuba, de abril de 1961 [11].

Ainda em 1961, outro momento crucial foi a Conferência Pan-Americana em Punta del Este, realizada no Uruguai, onde foi assinada a Carta Punta del Este, que apresentava doze objetivos para orientação e execução do programa Aliança para o Progresso. Ou seja, foi quando o programa foi formalmente criado [12]. No mesmo ano, em novembro de 1961, foi criada a agência *United States Agency for International Development* (USAID), vinculada ao Departamento de Estado, que visava dar substância e efetividade ao acordo cuja criação foi fundamental, a qual veio dirigir toda a ajuda externa americana [13].

No mesmo ano é fundado os Corpos de Paz no Brasil (1961-1981), um programa assistencial que pretendia alistar voluntários de todo o país. O objetivo era promover o progresso no Brasil nos moldes estabelecidos pela Aliança para o Progresso, visto que era preciso investir na formação de uma nova classe trabalhadora que pudesse reproduzir o modelo norte-americano de regulamentação trabalhista e assim facilitar o relacionamento entre empregados e empregadores estrangeiros, que visavam participar do forte período de desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passava, provocado em grande parte pela instalação de multinacionais norte- americanas [14].

De acordo com Larissa Rosa Correa, durante a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos em abril de 1962, o presidente John Kennedy se mostrou preocupado com as ligações entre sindicalistas brasileiros e o governo revolucionário cubano. Além disso, Goulart foi indagado sobre um suposto plano que visava criar uma nova organização sindical internacional, arquitetado pelo dirigente brasileiro Clodesmidt Riani. Estrategicamente, Jango afirma contar com forte apoio dos trabalhadores brasileiros, mas enfatiza que a força dos movimentos de esquerda no sindicalismo latino-americano ocorria em função da ausência de

soluções para os problemas sociais [15]. Essa reunião é emblemática, pois coloca o movimento sindical no centro do debate, já pautado por uma série de longas tensões. O fato é que, para Washington, Jango não seria confiável para receber os fundos da Aliança Para o Progresso. A visão de muitos dentro do governo norte-americano era que, apesar de não ser ele mesmo um, o presidente brasileiro criava condições para o fortalecimento dos comunistas dentro do Brasil. A Política Externa Independente podia ser tolerável se entendida como um movimento tático, porém o envolvimento de Goulart com os sindicalistas comunistas apontava para um caso mais sério [16].

Nesse período são assinados também os Acordos MEC-USAID, implementados no Brasil com a lei 5.540/68. Os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a USAID tinha como objetivo reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões norte-americanos. Essas reformas foram implantadas pelos militares que tomaram o poder após o Golpe Militar, e a mudança mais visível ocorreu na renomeação dos cursos. Esses acordos foram negociados secretamente e só se tornaram públicos em 1966, após intensa pressão política e popular. A implantação deste regime de ensino também retirou matérias consideradas obsoletas do currículo, como: Filosofia, Latim e Educação e inseriu outras como Educação Moral e Cívica [17].

Por conta de uma série de desavenças entre os governos de Goulart e Kennedy, os recursos norte-americanos foram destinados diretamente para as administrações estaduais com quem os Estados Unidos tinham bom relacionamento e eram tidas como aliadas na luta contra o comunismo. Essas eram as chamadas “ilhas de sanidade”, como denominou Lincoln Gordon [18]. Nesse sentido, o governo norte-americano encontrou grande aliado em Carlos Frederico Werneck Lacerda, um dos principais (se não o principal) opositor político dos governos de Vargas, Dutra e Kubitschek, jornalista e filiado a União Democrática Nacional (UDN). Lacerda mais de uma vez ao longo das décadas de 1950 e 1960 se mostrou partidário da intervenção militar na vida política do país. Em 5 de dezembro de 1960 foi empossado como primeiro governador do Estado da Guanabara, e logo iniciou uma ampla reforma administrativa. Apoiou, a princípio, a candidatura de Jânio Quadros à presidência, mas logo depois divergências iriam afastar o governo da Guanabara do governo federal [19].

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, quando Goulart é afastado do poder por forças civis e militares com o apoio dos Estados Unidos, tanto a política doméstica quanto a política externa<sup>2</sup> brasileira são atingidas. Quanto ao Estado da Guanabara, o apoio do governador Lacerda ao governo de Castelo Branco dura pouco. Aliados das principais decisões políticas, Lacerda e seus demais aliados da UDN foram se afastando progressivamente do novo regime que antes tanto defenderam. No plano internacional, com a deposição de Goulart, temos um retorno ao paradigma americanista, onde a aliança com os Estados Unidos era entendida pelo novo poder como essencial na luta contra o que era visto como a ameaça comunista interna. É incorporada à ação diplomática a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que tinha como principal característica a oposição Leste-Oeste. Apesar de motivada pelo governo norte-americano, essa percepção também tinha origens no ideário nacionalista fortemente fomentado pelo novo governo. O que isso significa é que, devido aos seus aspectos geopolíticos e posição geográfica, o Brasil seria parte da aliança Ocidental, indubitavelmente [20].

Nos primeiros anos do novo regime, o que vemos foi uma volta ao americanismo de natureza ideológica, resultado da crença pelas elites dirigentes de que um alinhamento com os

---

<sup>2</sup> Mudanças na política doméstica não necessariamente pressupõem mudanças na condução e da política externa. [PINHEIRO, 2004, p. 10] Esse momento, no entanto, apresenta uma ruptura em ambas as esferas.

Estados Unidos traria benefícios automáticos para o país. Essa vertente tem vida curta, e logo no governo seguinte, de Costa e Silva (1967-69) as teses mais nacionalistas voltam a ser incorporadas no modelo de desenvolvimento nacional. A política externa do período sofre uma inflexão ao incorporar novamente o eixo Norte-Sul como elemento de definição de políticas, a exemplo da recusa por parte do Brasil, em 1968, em assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) [21]. Essa recusa reforça a questão da segurança nacional como sendo eixo prioritário para as questões de sobrevivência nacional, e o alinhamento à dicotomia Norte-Sul está de acordo com a lógica bipolar presente no período. É a partir dessa época que ela começa a ganhar uma grande intensidade, se contrapondo a um período anterior, já citado, onde o não alinhamento automático não necessariamente queria dizer um não alinhamento como um todo.

Ainda assim, nesse período não haverá um retorno ao paradigma globalista, já que o governo Médici (1969-74) mantém o americanismo como eixo preferencial de política externa e o modelo de ISI. Ou seja, o modelo de desenvolvimento continuava o mesmo. O que era necessário era mudar a posição que o Brasil ocupava no sistema internacional.

Tentou-se renegociar os termos da dependência brasileira não mais em conjunto com os demais países subdesenvolvidos e/ou latino-americanos, como feito anteriormente na OPA, mas agora através de uma via separada. Isso foi em grande parte possível graças ao Milagre Econômico, responsável por um crescimento anual do PIB de cerca de 11% entre 1968 e 1974. Assim, ao mesmo tempo em que havia simetria de interesses entre Brasil e Estados Unidos no plano político e de segurança, no plano comercial divergências começavam a despontar [22].

O fato é que, ao voltar os olhos para a América Latina, o governo dos Estados Unidos via no Brasil um ator fundamental, e esperava que este desempenhasse um papel central no desenvolvimento da Aliança para o Progresso, não somente devido à sua enorme extensão geográfica e densidade populacional, mas também pelo receio de que o país se tornasse uma “nova Cuba” ou até mesmo uma “nova China” [23]. Nesse sentido, um tópico em que houve convergência de interesses entre EUA e Brasil por um relativo longo tempo foi em relação ao mundo do trabalho brasileiro. O movimento sindical costuma ser apontado como um dos protagonistas do período imediatamente anterior ao golpe de 1964.

Além disso, a questão do desenvolvimento, que já vinha pautando a agenda brasileira, passa a influenciar também a ação internacional do país, junto à questão da segurança – ambos se tornam eixos de interesses prioritários na política brasileira, tanto doméstica quanto internacional [24]. No plano doméstico os esforços serão voltados para o desenvolvimento econômico, social, e também político. Nesse sentido, como vemos na introdução desse projeto, a criação da Escola de Líderes Operários da PUC-Rio se inseria nesse contexto mais amplo, que objetivava desenvolver uma nova gama de lideranças sindicais, com uma formação que ia de acordo com os interesses e objetivos de alguns grupos de interesse, tais quais a Igreja Católica, o Estado e os grupos empresariados. Podemos dizer, então, que nesse momento, o mundo do trabalho, inserido em um cabal processo de industrialização, será a arena por excelência da disputa de ideologias do período.

### **III - O Círculo de Líderes Operários – mundo do trabalho e suas muitas nuances**

Para estudar o movimento sindical brasileiro é necessário fazer uma regressão a, pelo menos, o começo do século XX, onde o conflito entre a classe trabalhadora e os grupos patronais atingiu grande tensão, com inúmeras greves gerais e ameaças de insurreições operárias nos grandes centros urbanos [25]. No entanto, como esse projeto se propõe a

trabalhar com uma temporalidade circunscrita entre as décadas de 1950 e 1960, diversos eventos cruciais para o mundo do trabalho brasileiro serão tratados de maneira resumida.

Nesse sentido, vários eram os grupos de interesse que seriam afetados pela criação da Escola de Líderes Operários, entre eles o poder público, o empresariado, um nicho de trabalhadores, o governo norte-americano e a Igreja Católica, esta diretamente vinculada à criação da Escola.

Por volta da primeira década do século XX, grupos de trabalhadores urbanos passaram a ter nos sindicatos uma forma de organização coletiva que pudesse responder às demandas relativas ao mundo do trabalho frente aos seus patrões e ao Estado. Com isso, multiplicaram-se as lutas coletivas organizadas, entre as quais as greves. Esses trabalhadores demandavam principalmente menores jornadas, melhores condições de trabalho e maiores salários. Além disso, não havia uma referência política única para essas organizações, estando disponível uma série de interpretações críticas da sociedade de classes e de propostas políticas, como a socialista, anarquista, cooperativismo e o cristianismo social [26].

No eixo do cristianismo social temos como exemplo a criação da Escola de Líderes Operários, que foi inaugurada no Rio de Janeiro em julho de 1957. Organizada pelo Padre Pedro Belisário Velloso Rebello, S.J., então presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, em colaboração com a PUC-Rio, ela serviu como um instituto complementar à mesma [27]. A ideia era, segundo os dirigentes, estender a cultura aos trabalhadores, através de cursos adaptados às suas condições de vida e dar condições teóricas e práticas para que esses trabalhadores estivessem habilitados a ocupar postos de liderança social e democrática, em especial, a sindical, de acordo com a doutrina social cristã<sup>3</sup> [28].

O segundo governo de Getúlio Vargas encontrará um momento político bem diferente do primeiro, também em relação aos trabalhadores. As pressões advindas já do governo Dutra, com arrocho salarial e menor salário mínimo desde sua instituição, dificultou mais ainda manter o apelo nacionalista e trabalhista e a continuidade da chamada Política Social iniciada em 1930. Com um discurso voltado para a grande massa de trabalhadores urbanos, o apoio desses passa a ser muito mais poroso pois, tanto o nível de mobilização operária quanto a força da pressão oposicionista ao governo getulista, indicavam que o discurso trabalhista tradicional precisava de maior radicalidade na sua vinculação com os interesses e sindicatos [29]. O apelo às massas e os paliativos aumentos do salário mínimo não foram suficientes para garantir que Getúlio pudesse enfrentar as contradições internas de seu próprio governo e a oposição ostensiva dos setores da UDN, principal partido de oposição ao seu governo. O escândalo que ficou conhecido como Atentado da Toneleros, em 1953, contra a vida de seu opositor político Carlos Lacerda só vem a dificultar mais ainda essa situação [30].

A Escola de Líderes Operários foi criada em um momento em que greves aconteciam por todo o país. Foram 173 greves em 1951 e 264 em 1952 [31]. No Rio de Janeiro, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI) foi uma organização intersindical bem sucedida em mobilizar os trabalhadores. Inicialmente com a participação de 30 sindicatos cariocas, a CISCAI foi fundada em meados de 1952 e demandava o fim da

---

<sup>3</sup> Na Carta encíclica *Divini Redemptoris*, sobre o comunismo ateu e sobre a doutrina social cristã, de 19 de março de 1937, o Papa Pio XI criticou de modo sistemático o comunismo e indicou como meios principais para combater os males por ele produzidos, a renovação da vida cristã, o exercício da caridade evangélica, o cumprimento dos deveres de justiça no plano interpessoal e social, em vista do bem comum, a institucionalização de corpos profissionais e interprofissionais. Para mais informações: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_c ompendio-dott-soc\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_c ompendio-dott-soc_po.html) <Acesso em 30/07/2015>.

cláusula de “assiduidade integral”, que atava os reajustes salariais e o pagamento de descansos semanais remunerados ao comparecimento ao trabalho durante todos os dias do mês. Atrasos em minutos significavam uma punição com o desconto de meio dia de salário [32].

A E.L.O. era administrada pela Diretoria e pelo Conselho Técnico, auxiliados por uma secretária. O Conselho Técnico era constituído por Diretores, Secretários e Monitores e o corpo docente era formado por sete professores [33]. Existiam dois tipos de cursos regulares: os Cursos Populares de Preparação Trabalhista e os Cursos Intensivos de Formação de Líderes.

Os Cursos Intensivos de Formação de Líderes visavam formar trabalhadores que tivessem características de liderança e pudessem assumir essa posição de líderes sociais e sindicais. As aulas eram realizadas no *campus* da Gávea da PUC-Rio, em um prédio próprio localizado na Rua Marques de São Vicente nº 217, onde hoje funciona o Centro Acadêmico de Psicologia. Os alunos recebiam bolsas que os possibilitavam o afastamento do trabalho [34].

Já os Cursos Populares de Preparação Trabalhista, além de buscar suscitar a vocação sindical nos trabalhadores participantes, visavam também selecionar alunos para os Cursos Intensivos de Formação de Líderes, a exemplo de um curso preparatório. Os cursos eram ministrados em diversos bairros operários, o que configurava uma vantagem, já que esses trabalhadores não precisariam arcar com as despesas de locomoção. Uma vez decidido o bairro onde o curso aconteceria, fazia-se uma propaganda maciça na localidade, através da distribuição de folhetos e cartazes, com objetivo de chamar atenção, sobretudo, de locais com concentração de operários, como empresas, associações sindicais e fábricas. O curso tinha duração de dois meses e meio e seu currículo incluía as seguintes matérias: Português, História e Geografia Brasileira, Noções de Economia Política, Legislação do Trabalho, Previdência Social, Relações Humanas, Sindicalismo Prático, Questões Sociais, Circulismo e Mensagem [35].

Um dos documentos encontrados nos arquivos da Reitoria da PUC-Rio [36], o qual possui teor fundacional, nos diz que:

*Em 1956 o então Ministro do Trabalho, Dr. Parsifal Barroso dirigiu-se à Universidade Católica, solicitando a sua cooperação para melhorar o nível dos sindicatos [brasileiros] por meio de cursos sindicais. [...] A Universidade, em colaboração com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, que naquela época se chamava Confederação Nacional dos Círculos Operários, projetou e iniciou a primeira Escola Sindical no Brasil, que tomou o nome de Escola de Líderes Operários, com sede no Rio de Janeiro, anexa à Universidade [...]. Verificando-se o extraordinário êxito desta escola, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, estendeu a experiência do Rio de Janeiro a outras Capitais de Estado, como Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Aracajú, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre foram as sedes das outras Escolas de Líderes Operários, mantidas pela Organização.*

Esse trecho mostra a proximidade da relação entre o governo federal e a PUC-Rio. Podemos perceber que a motivação direta da criação da Escola adveio de um requerimento ministerial. A PUC-Rio pode ser lida, então, como um espaço físico e simbólico desse ciclo de trabalho confessional e católico. É também interessante notar como o Estado, laico,

recorre à uma instituição de ensino superior católica, e não ao Comando Geral dos Trabalhadores CGT, por exemplo. O que só reforça o viés ideológico, anticomunista e democrata-cristão que vemos no período, em especial, no objeto de estudo desse trabalho, a E.L.O.

De acordo com o Anuário de 1964 da PUC-Rio, desde a data de sua inauguração, a Escola de Líderes Operários já havia formado 735 trabalhadores, entre eles, industriários, metalúrgicos, comerciários, estivadores, securitários, bancários, portuários e ferroviários. Ex-alunos da Escola fundaram e ingressaram no Movimento de Orientação Sindicalista, cuja função seria orientar associados e companheiros de trabalho na vida sindical e até mesmo em outros setores.

Após a criação da Escola de Líderes Operários, em julho de 1964 foi criado o Instituto Superior de Líderes Operários, com objetivo de promover cursos, palestras, semanas de estudos, encontros e concentrações para “a formação e aperfeiçoamento, não só de professores, monitores e instrutores das Escolas existentes, mas também para os altos dirigentes dos Movimentos Operários e Sindicais” [37].

Para complementar a lacuna entre a Escola e o Instituto, foram criados Seminários para o aperfeiçoamento da formação desses operários. A finalidade seria “preparar técnica, intelectual e moralmente os dirigentes sindicais para urbanos e rurais, segundo o espírito cristão e democrático” [38]. No currículo dos Seminários podiam ser encontradas as seguintes matérias: Realidade Brasileira, Doutrina Social Cristã, Ética Sindical, Reforma das Empresas, Reforma Agrária, História do Sindicalismo, Administração Sindical, Finanças Sindicais, Política Sindical, Contrato Coletivo do Trabalho, Sindicalismo Internacional, Liderança de Reuniões e Liderança de Assembleias. Os Seminários duravam duas semanas em regime de internato [39]. Observar o currículo da Escola é emblemático pois nos dá uma ideia da proposta do projeto. Ao mesmo tempo em que tinham matérias mais técnicas como Administração Sindical, o currículo incluía também matérias que se encaixavam no objetivo de formar sindicalistas que fossem líderes de seus nichos (“Liderança de Reuniões” e “Liderança de Assembleias”), com valores cristãos (“Doutrina Social Cristã”), com visão de mundo ampliada mas ao mesmo tempo em conformidade com o que era esperado, principalmente em relação à proximidade com o sindicalismo norte-americano (“Sindicalismo Internacional”), ético (“Ética Sindical”) e com perfis gerencial e empresarial específicos (“Reforma de Empresas”).

Os cursos oferecidos tinham como público alvo operários de baixa qualificação, e visavam promover a vocação para militantes trabalhistas, em especial os sindicais, dar a esses militantes conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitissem uma ação social, democrática e sindical, de acordo com a doutrina social cristã [40].

Além disso, o processo de divulgação da Escola pelos veículos de comunicação da época era algo muito importante, a inauguração da E.L.O. foi propagandeada pelo Jornal O Globo, O Correio da Manhã, Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, Diário Carioca e o Jornal O Dia. A inauguração da E.L.O. foi destaque no Jornal O Globo, de 2 de julho de 1957.



Figura 1: Reportagem do Jornal O Globo, de 2/7/1957, sobre a inauguração da E.L.O., no bairro de Cascadura, Zona Norte do município do Rio de Janeiro. No recorte, foto do Pe. Velloso S.J.. Acervo Reitoria da PUC-Rio.



Figura 2: Padre Velloso S.J. em reunião com os alunos da E.L.O., 15/03/1961. Fotografia desconhecida. Acervo Correio da Manhã / Arquivo Nacional.



Figura 3: Reportagem sobre a E.L.O. no Jornal Correio da Manhã, em 16/03/1961. Acervo Correio da Manhã / Arquivo Nacional.

Ao observar a Figura 1, é interessante notar como a imagem que ilustra a chamada da inauguração da Escola é a do Pe. Velloso S.J., e não a dos operários ou em seus ambientes de trabalho, ou algo similar. A escolha de vincular a imagem da recém-inaugurada Escola à Igreja e à PUC-Rio configura uma estratégia de fincar as bases do projeto sob fundações sólidas e já consolidadas. A formação em engenharia e a participação do Padre Velloso S.J. em grandes obras, como a construção do dique da Ilha das Cobras, e sua atuação junto ao operariado cristão e em projeto sociais, era certamente uma forma efetiva de divulgar a potencialidade da Escola.

Nas figuras 3 e 2 vemos, respectivamente, outra notícia do Jornal Correio da Manhã, de 26 de março de 1961, a respeito dos trabalhos realizados pela E.L.O., que contou com presenças como a de D. Helder Camara. Na figura 2 vemos a foto presente na matéria com uma resolução um pouco melhor. Durante a Semana Social da PUC-Rio, é possível lermos que uma série de questões foram abordadas como alternativas de políticas do

desenvolvimento, neutralismo e relações com países socialistas e os Estados Unidos, partidos e grupos de pressão e suas relações com a opinião pública. Isso tem significativo valor para nos mostrar a agenda interna da Escola. Conhecemos o currículo oficial, mas mesmo assim assumir sobre o que essas matérias tratavam é algo complicado. É interessante notar como há uma tentativa de pluralizar o debate, ao trazer temas variados e de pautas que não necessariamente se alinhavam com o que o governo norte-americano defendia.

Podemos observar, além disso, uma latente necessidade de colocar essas discussões em prática, o que está de acordo com a proposta inicial do projeto, que era de formação de líderes operários. A criação de um Banco de Auxílio ao Estudante Pobre, um levantamento local da população do Parque Proletário, grupo de auxílio ao ex-penitenciários e de acompanhamento da educação infantil são programas de ação social que demonstram essa necessidade do exercício do aprendizado. Não no sentido poético de “aprender a aprender”, mas no de pôr em prática o que foi aprendido. Essas práticas têm especial relação com o exercício da caridade evangélica como forma de combater os males que o comunismo poderia produzir, a exemplo do que nos informa a Carta Encíclica do Papa Pio XI<sup>4</sup>.

A notícia nos indica também a presença de representantes de círculos sindicais, como do Movimento Orientador Sindical, fundado por ex-alunos da E.L.O., da Juventude Operária Católica e da própria Escola de Líderes Operários, discutindo em mesa-redonda temas como a promoção do operariado, cultura, mais especificamente a operária, responsabilidade do operário diante do progresso econômico e social, o papel do Universitário na promoção operária, como os universitários deveriam participar da vida dos sindicatos e o que se deve fazer para evitar o paternalismo. Devemos notar que os movimentos sindicais presentes são basicamente extensões uns dos outros.

Alguns desses temas têm uma simbologia, como a promoção do operariado e a responsabilidade do operário diante do progresso econômico e social. Ao tentarmos ler nas entrelinhas, podemos observar, por exemplo, a importância de se fazer presente, em uma mesa que conta com figuras de alta representatividade ao mesmo tempo em que conta com operários-estudantes comuns, em uma pauta de alternativas ao desenvolvimento. Isso configura algo de especial importância, pois admite a existência de mais de um modelo de desenvolvimento que não o tradicional, calcado na economia e que vigorou por décadas (e que ainda configurava o *mainstream* na década de 1960), não somente por parte do empresariado ou dos Estados, mas também de Instituições e Organizações como a própria Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando Juscelino Kubitschek assume a presidência em 1956, os trabalhadores industriais representam cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Essa virada se deu em grande parte devido a subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para investimentos estrangeiros. No entanto, esse modelo de desenvolvimento apresentava contradições que logo se fizeram sentir. Se no início do governo J.K. o salário mínimo atingiu seu mais alto valor, já nos anos 1960 ele entrou em declínio. Isso se deve em grande medida à inflação decorrente da emissão de moeda e do endividamento do Estado necessário ao Plano de Metas [41].

Esses fatores são importantes para explicar a fase de ascensão do movimento sindical entre os meados da década de 1950 e o golpe de 1964. Há um crescimento no número de greves, uma maior visibilidade dos sindicatos por parte da opinião pública, maior participação

---

<sup>4</sup> Cf. nota de rodapé número 3.

das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país e a constituição de organismos intersindicais.

Era intenso o número de criação de novos sindicatos durante o início da década de 1960. No ano de 1960 o percentual de trabalhadores sindicalizados era de 6,11% da PEA como um todo, um índice consideravelmente baixo. O índice de trabalhadores sindicalizados do antigo Distrito Federal, já então Estado da Guanabara, destacava-se das demais regiões e atingia quase 30%. Em especial, três sindicatos cariocas tinham grande representatividade: o dos bancários (25.929 sócios em aproximadamente 35 mil bancários), os ferroviários da Leopoldina (17 mil sindicalizados dentre 20 mil trabalhadores) e o dos metalúrgicos, com um nível de sindicalização que atingia 50% da categoria em 1961 [42].

Na contramão desse movimento de industrialização acelerada, vemos, principalmente no Rio de Janeiro, um exponencial crescimento do serviço informal. O baixo grau de proteção social reproduziu um mercado de trabalho pouco institucionalizado, marcado pela presença extensa de contratos de trabalho estabelecidos informalmente. A rápida modernização tecnológica ocorrida na indústria têxtil na primeira metade dos anos 1950 e o fim do Plano de Metas (1956-60) nos primeiros anos da década de 1960 tiveram sua parcela de responsabilidade por esse cenário [43].

Nesse sentido, o significativo crescimento da população favelada, junto à tão temida ameaça vermelha, resultou em certas concessões. No final da década de 1940, a Igreja e o governo municipal se articulam politicamente e criam uma fundação que teria a missão de deter a crescente influência comunista nas favelas. É assim que nasce a Fundação Leão XIII, que até a primeira metade da década de 1950 havia se autointitulado na função de recuperar moral e socialmente os moradores dessas comunidades, por meio de uma forte tutela sobre grupos populares, como o estímulo a criação de associações de moradores [44]. Esse projeto tem palpáveis semelhanças com o da Escola de Líderes Operários. Mais uma vez, uma intervenção de fora, da Igreja, em parceria com o Estado, advogando, a priori, por grupos menos favorecidos, ao mesmo tempo em que pretendem criar formadores de opiniões e líderes, entre os favelados quanto entre os operários, que possam levar o movimento à frente, baseando-se em valores democrata-cristãos e contra o comunismo.

Um fato que difere os casos, no entanto, é que já no começo da década de 1960 o governo municipal decide assumir de maneira integral o comando da Fundação, excluindo a Igreja de seu controle. Isso se deu muito provavelmente devido as flexibilizações e as pautas sociais e reivindicatórias que a Igreja, junto desses moradores, vinha reivindicando nos anos anteriores, bem como pela vontade de dar prosseguimento às práticas de remoção dos anos 1960-1970. Apesar de não haver, até 1960, uma política maciça de remoção de favelados, as pressões feitas por pretensos proprietários dos terrenos ocupados e, posteriormente, da pressão imobiliária, fez com que em 1954 fosse criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), com o objetivo de angariar os recursos necessários para resistir a esse processo de remoção [45].

A UTF associava aos favelados a condição de trabalhadores, com foco na emergência de uma consciência de classe. O que coincide com os objetivos da E.L.O., a exemplo do seguinte trecho do Anuário de 1963 [46]:

*O interesse dos trabalhadores pela E.L.O. vem crescendo. São os próprios alunos os melhores propagandistas. O que recebem na E.L.O. é levado por eles ao seu meio de vida, sobretudo ao meio do trabalho sindical. Muito que vieram unicamente à procura de cultura ou novos conhecimentos que os habilitasse à promoção no emprego*

*descobriram na E.L.O. o seu lugar dentro da classe trabalhadora e a necessidade de se unirem aos companheiros para lutarem pela real promoção, não mais individual, mas de toda a sua classe.*

No Rio de Janeiro, entre 1955 e 1964 aconteceu o total de 409 greves, com apenas seis movimentos em 1955 e 92 paralisações em 1963. Em parte, essa trajetória grevista ascendente pode ser explicada pelo surgimento de organizações paralelas aos sindicatos oficiais. No entanto, essas organizações alternativas não pressupunham uma oposição integral aos sindicatos oficiais. A unicidade sindical, o monopólio da representação e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical) eram defendidos, até mesmo, em certos casos, pelas organizações alternativas [47].

Ao mesmo tempo, com o início do programa de Aliança Para o Projeto e todos seus desdobramentos, como os Acordos MEC-USAID, os Corpos de Paz, entre outros, foi criado em 1961 o *American Institute for Free Labor Development* (AFL-CIO), para a realização desses projetos. No Brasil, conhecido como Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (IADESIL), sua missão era pregar pelo sindicalismo “livre e democrático”, aos moldes do sindicalismo norte-americano ideal. Junto à três outras organizações voltadas ao desenvolvimento da política internacional durante a Guerra Fria, o IADESIL lançou um programa de educação no país, a fim de formar novas lideranças que pudessem ser capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano. Trabalhos eram voltados à organização de cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos. O projeto se assemelha em diversos pontos com a E.L.O. Muitos dos chamados pelegos que viriam a atuar como interventores e em cargos de direção de sindicatos durante o período militar participavam ativamente dessas reuniões e mantinham laços estreitos com o sindicalismo norte-americano [48].

Esse período também foi caracterizado por uma dinamização das atividades sindicais em função de um processo de renovação de lideranças. Um dos agrupamentos de dirigentes sindicais com ampla expressão era a dos católicos, reunidos nos Círculos Operários. É nesse agrupamento que podemos situar os estudantes da Escola de Líderes Operários da PUC-Rio.

A relação entre os sindicatos e as lideranças políticas foi complexa também no governo de João Goulart, cuja carreira política foi marcada pela proximidade com as lideranças sindicais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seus aliados. Ele seria, entre os presidentes do período 1945-64, quem mais abriu espaços políticos para a inclusão de propostas sindicais, em especial em seus últimos meses de governo [49].

Os primeiros meses de 1964 fizeram com que as lideranças sindicais demonstrassem apoio ao governo constitucional de Jango, visto a radicalização política crescente, ao mesmo tempo em que faziam pressão para a aceleração das Reformas de Base, grande tema político da época. Durante todo o mês de março o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) articulou estratégias de resistência a um movimento militar para a derrubada do presidente. Com os indícios cada vez maiores de que o golpe iria acontecer, o CGT fez circular manifestos à nação, a exemplo:

*O CGT, defendendo a autoridade e o mandato do presidente da República em face dos seus atos positivos, que possam atender às aspirações do nosso povo e de acordo com a resolução do CGT, alerta aos trabalhadores para permanecerem vigilantes e mobilizados em condições de atenderem a qualquer momento à palavra de ordem de seus respectivos sindicatos, caso seja necessária a deflagração da greve geral [50].*

A greve de fato aconteceu, e em cidades como Santos e Rio de Janeiro a paralisação foi total. Tão logo o golpe Civil-Militar se consolidou, o novo governo ordenou a intervenção em 433 sindicatos. Além de promover a cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais dirigentes sindicais. Para aqueles que conseguiram escapar da prisão imediata, restava a clandestinidade ou o exílio. A crise econômica que já vinha desde o governo J.K. seria combatida através do arrocho salarial, e, para isso, controlar os sindicatos era fundamental. Os interventores nomeados líderes dos sindicatos não eram totalmente desconhecidos. Em diversos casos, eram pessoas desalojadas de cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos anos anteriores ao golpe. Muitos tinham vínculos com os Círculos Operários Católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano [51].

Além do achatamento salarial, o novo governo cria as chamadas Leis do Arrocho: a proibição de greves, controle sobre os índices de reajuste salarial, fim da estabilidade aos dez anos de serviço, trocada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e o desmonte do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), substituídos agora pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

O apoio ao governo militar ficou explícito já em junho de 1964, durante a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, realizada no Rio de Janeiro [52]. O mesmo pode ser dito a respeito da Igreja-Católica. Até o início da década de 1970 o que a imprensa chamava de “conflito Igreja-Estado” não era mais que um mal-entendido, que se traduziu numa série de choques, geralmente circunscritos ao segundo escalão de comando, militar e eclesiástico, e que não envolviam a responsabilidade total dos comandos de ambas as instituições. De acordo com Marcio Alves [53], logo após o golpe de 1964 os militares tinham fundadas razões para acreditar que a Igreja apoiaria o novo regime.

Em um relatório datado de 1964 que diz respeito à criação do Instituto Superior de Formação Operária, podemos ler o seguinte:

*1. A Oportunidade do Instituto:*

*O Instituto Superior de Formação Operária teve início no momento em que era ele requerido. A Revolução de 31 de março, afastando os líderes sindicais comunistas, deixou os sindicatos por eles dominados sem direção. A sua reconquista definitiva exige uma plêiade de líderes democráticos bem formados e tecnicamente bem preparados para preencher os cargos e as lideranças deixadas pelos comunistas. [...]. Uma tarefa urgente e imediata obrigou o instituto a iniciar seus Cursos antes que sua sede fosse inaugurada. Diante do afastamento das diretorias comunistas ou comprometidas de Sindicatos e Federações, o Ministério do Trabalho recorreu aos Círculos Operários, para que indicassem trabalhadores de confiança a fim de que assumissem imediatamente a direção dos sindicatos como Juntas Governativas [54].*

O documento diz ainda que a inauguração da sede do Instituto, no dia 28 de junho de 1964, contou com diversas presenças ilustres, como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, o Ministro do Trabalho Moacir Velloso Cardoso de Oliveira, o então reitor da PUC-Rio, Padre Laércio Dias de Moura S.J., além de representantes do Ministério da Guerra, da Justiça, do Governador do Estado, Carlos Lacerda, os Adidos do Trabalho da Embaixada Britânica,

Americana e Espanhola, representantes das Confederações, Federações, Sindicatos e grande número de Circulistas. Mais uma vez, podemos observar como a direção do projeto trabalhava lado-ao-lado com os interesses do poder público. De acordo com o documento, o Instituto seria patrocinado, ao menos durante o ano de 1964, pelo *Detur Fund*, com sede na Inglaterra, o qual disponibilizaria somente nesse ano a quantia de 10 mil libras esterlinas. Se o financiamento de fato aconteceu ou por quanto tempo ele durou são perguntas cuja respostas não podem ser encontradas nos documentos utilizados para essa pesquisa. Mas esse fato, somado ao cenário internacional do momento e a postura de importantes potências globais frente ao momento político pelo qual o Brasil tinha acabado de passar nos ajuda a pôr uma nova luz sob a presença dos Adidos internacionais nessa (nada) singela inauguração.

Além disso, assim como no caso da Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador e do relatório do Instituto Superior de Formação Operária, a simpatia com o qual o Golpe foi encarado foi traduzida em manifestações “de regozijo e nos agradecimentos que a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) dirigiu a Deus para saudar a sua intervenção na vida política do país”, como assinala Marcio Alves. No entanto, desde então havia um empecilho nesse relacionamento, que era o fato de que militares só compreenderiam o apoio no sentido militar como adesão incondicional, que seria justificada pelas suas proclamações de defesa do “mundo ocidental e cristão”, tentando, assim, limitar a atividade da Igreja à distribuição dos sacramentos e a organização dos atos litúrgicos [55].

Com o aumento da perseguição aos líderes e militantes de esquerda por parte desses interventores, o resultado é um esvaziamento dos sindicatos. As reivindicações das categorias foram deixadas de lado, mas o patrimônio físico e o setor assistencial desses sindicatos cresceram, devido à utilização das verbas do imposto sindical. Marcelo Badaró Mattos descreve o exemplo do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em junho de 1964, onde, nas páginas do jornal da associação, ficavam claras as tarefas e a forma de atuação dos interventores. Segundo ele [56]:

*Primeiro, [deveria-se] localizar os “agentes de subversão”, não só entre dirigentes, mas também entre militantes, membros das comissões e funcionários. Depois, as provas, reunidas em documentos como telegramas de cumprimentos de Prestes e do embaixador soviético ao sindicato; compromissos agendados pelos diretores (como comparecimento a atos de solidariedade ao povo cubano); ou a presença de um livro de Ferreira Gullar na Biblioteca do Sindicato. Reunindo essas “provas”, os interventores pretendiam demonstrar que estavam “sempre prontos a auxiliar, no que for possível, as autoridades constituídas pela Revolução Democrática”.*

Ainda assim, essa primeira safra de intervenções não conseguiria calar completamente a voz dos ativistas nem tampouco apagar da memória sindical os avanços significativos do período anterior.

Em 1967, durante o governo Costa e Silva, é anunciado um apoio ao que foi chamado de renovação sindical. Com isso, tornam-se menos frequentes (embora não inexistentes) as perseguições aos dirigentes eleitos, além de surgir espaço para a formação de movimentos intersindicais, sendo o mais conhecido o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA). Também nesse ano tem-se a Segunda Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, sediada no sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Dessa conferência percebe-se um tom

reivindicatório e uma diretriz política distinta a da Primeira Conferência de 1964. Entre as reivindicações aprovadas estão “a revogação das Leis do Arrocho Salarial; a liberdade de firmar acordo com os empregadores; o reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida e a reforma agrária, capaz de atender aos problemas do homem do campo” [57].

Um bom estudo de caso da atuação dos sindicatos durante o período é o dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Em sua dissertação de Mestrado, Marco Aurélio Santana fala sobre como o período de 1947 a 1964 será rico em experiências para os trabalhadores metalúrgicos da cidade. Ele afirma que é possível ver uma divisão temporal em dois momentos. No primeiro, os metalúrgicos precisam garantir a não intervenção ministerial no interior do sindicato, enquanto no segundo, já livre do interventor, eles passam a reformular suas práticas de atuação do sindicato em termos de categoria e passam a integrar fortemente as lutas travadas por trabalhadores brasileiros em escala nacional [58]. No entanto, isso ficará para uma próxima etapa da pesquisa, focada mais no papel desses círculos operários no Rio de Janeiro.

A promulgação do AI-5, em fins de 1968, e o endurecimento do regime nos anos posteriores farão com que os governos ditatoriais passem a dispensar aos sindicatos não só a repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação [59]. Na segunda metade da década de 1970 veremos uma abertura a um período de mudanças políticas importantes no país, com a retomada da cena política pelo movimento sindical e a perda de legitimidade do projeto militar autoritário. Assim, o crescimento da ação sindical foi acompanhado da reivindicação por um desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social [60].

E como fica a Escola de Líderes Operários nesse momento? Sabe-se que ela continuou em funcionamento ao menos durante o começo da década de 1970, no entanto, em algum momento durante a década de 1980 a Escola deixa de ser mencionada nos Anuários da PUC-Rio. Como o meu interesse por este tema em primeiro lugar foi o fato de que esse projeto existiu, por si só, desde o começo da pesquisa havia uma preocupação em tentar compreender onde a E.L.O. se encaixaria no projeto de memória da Universidade, o porquê de ser tão difícil localizar fontes e informações relacionadas à *sites* de busca na internet, acervos, bibliotecas e até em projetos acadêmicos. Por fim, decidi recorrer a alguns conceitos teóricos de autores como Angel Rama e Carlo Ginzburg, a fim de tentar ao menos responder a alguns questionamentos.

#### **IV - O (não) lugar da Escola de Líderes Operários na memória da PUC-Rio**

Muitas vezes durante a elaboração desse projeto eu me deparei com perguntas sem uma resposta aparente, algo que pudesse ser satisfatoriamente entendido utilizando os materiais que se encontravam a minha disposição. Assim, foi necessário constantemente o exercício de interpretar as pistas deixadas por esses documentos, para que as lacunas entre eles, e entre eles e o mundo daquele momento, pudessem ser lidas por mim.

Nesse sentido, o texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg, foi um grande importância. O paradigma indiciário se traduz em um saber de tipo venatório, caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Ginzburg afirma que até o século XIX o paradigma racional e o indiciário caminhavam juntos, como prova a medicina – a mais empírica das ciências. Entretanto, com o desenvolvimento da matemática, da medicina e das ciências em geral, a norma científica passa a abafar em termos racionais esses indícios e estabelece as normas e termos desse discurso [61]. O paradigma indiciário fica então relegado

à cultura popular, desacreditado. No entanto, é fundamental estar atento a esses detalhes, pois esses indícios são enriquecedores, enquanto classificações rígidas, empobrecedoras.

O conceito de pistas infinitesimais será fundamental para tentarmos dar significado ao que lemos nos documentos e ao que não está nos documentos. Ou seja, para tentarmos entendermos os não-ditos, as ausências, para tentarmos ler e decifrar nas entrelinhas. De acordo com Ginzburg, “o caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” [62]. Essa é a tentativa feita aqui: de ler as pistas mudas e de entender aquelas que parecem falar alto, mas as vezes não falam, deixadas tanto pelos documentos relativos à Escola, encontrados na própria PUC-Rio, quanto compreender os fragmentos mais dispersos e sutis, que só podem ser percebidos se olharmos os pequenos detalhes dentro de um quadro complexo mais completo.

Enquanto Ginzburg elabora um método para decifrar os signos à nossa volta, Angel Rama se debruça sobre o universo dos signos. Rama fará uma tentativa de sublinhar a importância da letra e da norma culta em uma sociedade como a latino-americana. Ele traz a ideia de que a ordem existe antes mesmo de haver uma cidade e toda cidade expressa uma sociedade – ou várias – caso você seja capaz de fazer os devidos recortes geológicos. De acordo com ele:

*As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem [63].*

Nesse caso, o grupo social responsável pela manutenção da ordem e do ordenamento desses signos é a PUC-Rio. Ela exemplifica o círculo letrado, a rede simbólica, que procura no círculo dos Operários sujeitos que possam tornar-se líderes em seus círculos e cujo pensamento esteja alinhado com o seu. Que possa executar o que por ela é projetado, antes mesmo de sua existência – não apenas material. A sensibilidade por traz do projeto da E.L.O. requeria uma mudança mais sutil que apenas a criação física de um edifício onde os operários seriam formados. Ela pressupunha uma mudança de comportamento, de pensamento. De fato, Rama nos diz que durante séculos o setor eclesiástico foi responsável por compor o anel protetor do poder e executor de ordens, assim como os administradores, educadores, escritos e vários outros servidores intelectuais [64].

O fato de que a instituição visava estender a cultura aos trabalhadores, segundo a própria, já nos faz refletir em até que ponto o conhecimento desses trabalhadores era levado em conta. De certa forma, é como se o conhecimento erudito e clássico, representado aqui pela Igreja Católica, fosse o único conhecimento possível e o único capaz de desviar esses trabalhadores do que eles consideravam como o caminho sem volta do comunismo sindical.

Além disso, é possível notar em diversas passagens dos documentos relativos à Escola o uso de expressões como “restauração do autêntico sindicalismo” e a “promoção da renovação de valores”. Outro termo que chama atenção e que é empregado mais de uma vez ao longo de documentos e de Anuários é referente à promoção de uma classe. Enquanto pesquisava para esse trabalho, essa frase do Anuário de 1963: “Muito [...] descobriram na E.L.O. o seu lugar dentro da classe trabalhadora e a necessidade de se unirem aos companheiros para lutarem pela real promoção, não mais individual, mas de toda a sua classe” me causou grande

inquietação. Isso porque há uma tendência em associar a ideia de classe à teoria marxista, de luta de classes, de classe proletária, ou seja, a uma vertente esquerdista. Após debates, no entanto, compreendi que a classe na qual os documentos e os Anuários se referem não é a relativa à teoria marxista mas é, por outro lado, uma classificação de um grupo sócio profissional. A escolha pelo termo adquire uma conotação ainda mais importante se pensarmos que, antes da Igreja, a organização social desses trabalhadores era feita pelo Partido Comunista. Assim, há uma apropriação e neutralização do conceito. Ele torna-se uma noção, esvaziada de sentido dentro de seu conteúdo teórico específico. A noção de classe utilizada pela E.L.O. para consolidar seu projeto político buscava arrefecer, enquanto a noção de classe tradicional marxista, abrasar. Esse é mais um dos momentos em que é palpável a importância da utilização das palavras.

Por fim, devo dizer que a proposta aqui apresentada não deve ser encarada como uma tentativa exclusiva de leitura da Escola de Líderes Operários ou do mundo do trabalho e das relações internacionais em 1950-60, mas sim como uma leitura, dentre tantas outras possíveis, que tem por objetivo não cair em um positivismo empírico. De maneira geral, os documentos encontrados relativos à Escola são mais claros do que era esperado por mim. Tratam abertamente da preocupação com os líderes sindicais comunistas, do regozijo com o Golpe Civil-Militar, que traria estabilidade social, econômica e sindical. Os documentos não são neutros e têm um viés ideológico claro, palpável, como pode ser observado através de alguns dos trechos selecionados ao longo desse trabalho. Tal qual o mundo do trabalho, esse projeto se configura como uma arena experimental, não se propondo, portanto, a responder todas as perguntas que possam surgir, ao contrário do que era por mim pretendido no início desse projeto.

## **V - Conclusão**

Até o momento, o que foi possível concluir é que a criação da Escola de Formação de Líderes Operários estava de acordo com o projeto de governo e de Igreja do tempo em que esteve em funcionamento, e só foi possível ser criada devido às características específicas daquele período.

Na tentativa de compreender qual foi sua função na formação institucional da PUC-Rio podemos cair em uma visão reducionista. No entanto, assumindo que “a memória é sempre fiel e móvel”, como diria Jacques Le Goff [65], isso não quer dizer que a E.L.O. tenha sido esquecida da memória institucional da Universidade, muito menos que ela tenha sido propositalmente ignorada, mas sim que o modelo desse projeto é atualmente defasado. Ele não se sustenta mais, pois o modelo atual de ação social carrega concepções de sociedade, política e trabalho diferentes da que existia no período em que a Escola foi pensada.

É possível pensar que na memória e na identidade da PUC-Rio se entrecruzam a sua contribuição para a produção de conhecimento e a formação de quadros qualificados e de excelência, que incluem em seu cotidiano as ações de cunho social, como a Escola de Líderes Operários. Ainda que essa não tenha sido a intenção na época, a E.L.O. pode ser compreendida como uma ação de suplência.

Uma questão, no entanto, é inegável o impacto da formulação desse projeto, que não ficou restrito apenas à cidade do Rio de Janeiro ou à PUC-Rio, pois inspirou ao menos oito outros polos semelhantes ao redor do Brasil [66], que, talvez, possam render futuras pesquisas.

## VI - Referências

- [1] FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário de 1964**. Rio de Janeiro, 1964. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p.83.
- [2] *Id.* **Seminários Para “Dirigentes Sindicais”**, Promovidos Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Colaboração com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Rio de Janeiro, [195-?]. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. p. 2.
- [3] PINHEIRO, L. **Política externa brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 31.
- [4] *Id.* *Ibid.* p.30.
- [5] CORRÊA, R. L. **“Disseram que voltei americanizado”**: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Campinas, SP, 2013. 375p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 31.
- [6] PINHEIRO, L. *Op. Cit.* p. 30.
- [7] CORRÊA, R. L. *Op. Cit.* p. 27.
- [8] PINHEIRO, L. *Op. Cit.* p. 35-36.
- [9] CORRÊA, R. L. *Op. Cit.* p.12.
- [10] RIBEIRO, R. A. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. 2006. 384p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 11.
- [11] LOUREIRO, F. P. **Dois pesos, duas medidas**: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). São Paulo, SP, 2011. 664p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo. p. 2.
- [12] CORRÊA, R. L. *Op. Cit.* p.26.
- [13] RIBEIRO, R. A. *Op. Cit.* p.12.
- [14] SILVA, V. G. D. **A Aliança para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 2008. 375p. Tese (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 55.
- [15] CORRÊA, R. L. *Op. Cit.* p. 24.
- [16] LOUREIRO, F. P. *Op. Cit.* p.6.
- [17] GAIO, D. M. **A concepção de modernização na política de coOperação técnica entre o MEC e a USAID**. 2008. 163p. Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. p.121.
- [18] CORRÊA, R. L. *Op. Cit.* p. 40.

- [19] ABREU, A. A. et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos\\_lacerda](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda)>. Acesso em: 29/07/2015.
- [20] PINHEIRO, L. Op. Cit. p. 37.
- [21] RIBEIRO, R. A. Op. Cit. p. 15.
- [22] PINHEIRO, L. Op. Cit. p. 42.
- [23] MATTOS, M. B. **Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004. p. 241.
- [24] PINHEIRO, Op. Cit. p.38.
- [25] MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 1.
- [26] Id. Ibid. p. 8.
- [27] FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário de 1940-65**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.
- [28] Id. **Anuário de 1964**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p.63.
- [29] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 33.
- [30] Id. Ibid. p. 36.
- [31] Id. Ibid. p. 37.
- [32] Id. Ibid. p. 35.
- [33] FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário de 1963**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p. 86.
- [34] Id. **Anuário de 1964**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p. 84.
- [35] Id. Ibid. p. 85.
- [36] Id. Ibid. p. 84.
- [37] Id. **Seminários Para “Dirigentes Sindicais”**, Promovidos Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Colaboração com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Rio de Janeiro, [195-?]. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. p.1.
- [38] Id. **Anuário de 1963**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p. 86.
- [39] Id. **Seminários Para “Dirigentes Sindicais”**, Promovidos Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Colaboração com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Rio de Janeiro, [195-?]. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. p. 2.
- [40] Id. Ibid. p. 3.

- [41] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 38.
- [42] Id. Ibid. p.39-40.
- [43] DEDECCA, S, C. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.25, n.1, jan./mar.2005. p. 8.
- [44] GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2013. p.150.
- [45] Id. Ibid. p.151.
- [46] FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário de 1963**. Rio de Janeiro, s.d. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, p. 86.
- [47] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 44-45.
- [48] CORRÊA, R. L. Op. Cit. p. 35.
- [49] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 40.
- [50] Id. Ibid. p. 47.
- [51] Id. Ibid. p. 48.
- [52] Id. Ibid. p. 49.
- [53] ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Livraria Sá da Costa Editora, 1979. p. 199.
- [54] FACULDADES CATÓLICAS. **Instituto Superior de Formação Operária: Relatório de 1964**. Rio de Janeiro, [196?]. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. p. 3.
- [55] ALVES, M. M. Op. Cit. p. 200.
- [56] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 51.
- [57] Id. Ibid. p. 52.
- [58] RAMALHO, J. R. & SANTANA A. M. **Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001. p. 167.
- [59] MATTOS, M. B. Op. Cit. p. 55.
- [60] DEDECCA, S, C. Op. Cit. p. 8.
- [61] GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 150.
- [62] Id. Ibid. p.152.
- [63] RAMA, Angel. A Cidade Letrada. In: **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 53.
- [64] Id. Ibid. p. 42.

[65] LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol 1. História – Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

[66] FACULDADES CATÓLICAS. **Seminários Para “Dirigentes Sindicais”**, Promovidos Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Colaboração com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Rio de Janeiro, [195-?]. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. p. 1.